

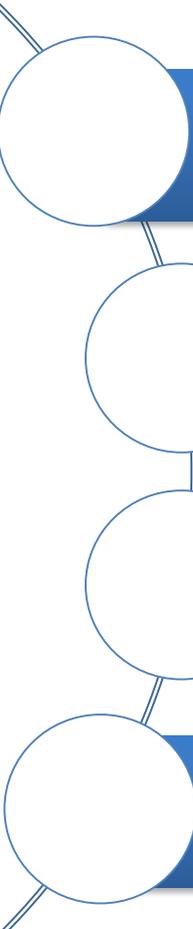


Plano de implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Subsecretaria de Contabilidade Pública

**Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade
Aplicadas à Federação**

Agenda



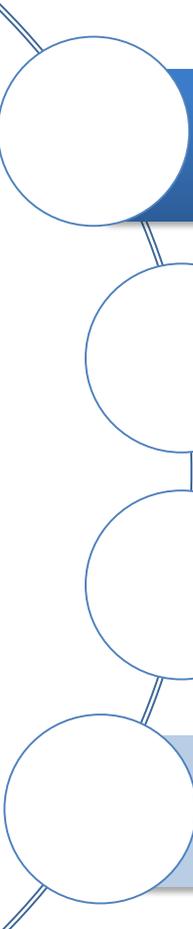
Contextualização

Resultado da Consulta Pública

Prazos para Implantação dos PCP

Conclusões e Recomendações

Agenda



Contextualização

Resultado da Consulta Pública

Prazos para Implantação dos PCP

Conclusões e Recomendações

Processo de Convergência

IPSAS/NBC T SP

International Public Sector
Accounting Standards /
Normas Brasileiras de
Contabilidade do SP

IPSASB



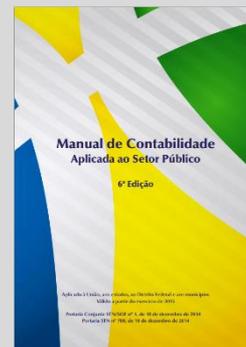
LRF

Art. 51. O Poder
Executivo da União
promoverá (...) a
consolidação, nacional
e por esfera de
governo, das contas
dos entes da
Federação (...)

Portaria MF nº 184/2008

Art. 1º Determinar à
STN, o
desenvolvimento das
seguintes ações no
sentido de promover a
convergência às IPSAS
e às NBCTSP (...)

MCASP



PCASP

Plano de Contas
Aplicado ao Setor
Público

DCASP

Demonstrações
Contábeis Aplicadas ao
Setor Público

Fontes
Normativas

Embasamento
legal

Ato do MF

Regras de
implantação

Aplicação

Decreto nº 6.976/2009

Art. 4º O Sistema de
Contabilidade Federal tem
como objetivo promover:
I - a padronização e a
consolidação das contas
nacionais;
II - a busca da
convergência aos padrões
internacionais de
contabilidade (...)

Siconfi

Sistema de
Informações Contábeis
e Fiscais do Setor
Público Brasileiro

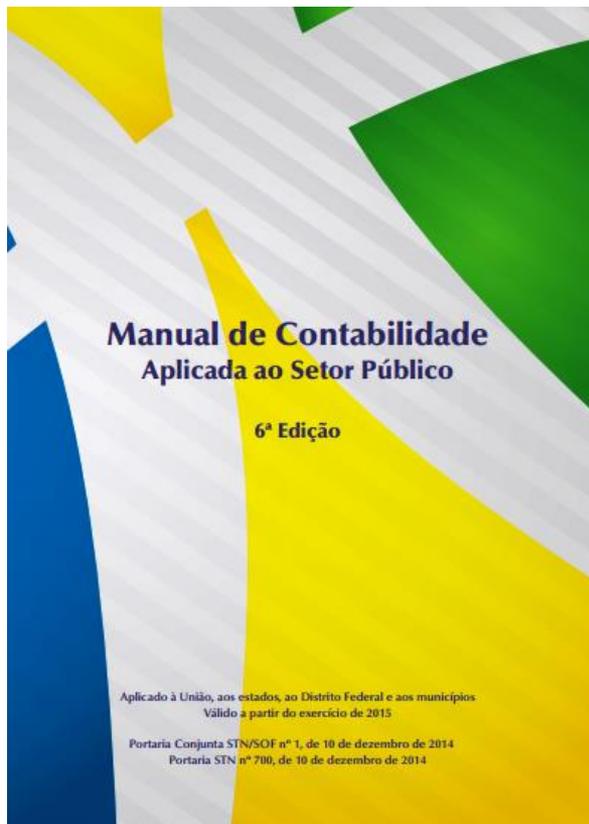
siconfi
TESOURO NACIONAL

Estratégia para a Consolidação das Contas Públicas



Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

6ª EDIÇÃO MCASP/STN
Válida a partir de 2015



VOLUMES:

Parte Geral - Introdução MCASP

Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO)

Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP)

Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos (PCE)

Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)

Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)

Escopo da Portaria STN nº 634/2013

Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013

- Criar um único documento regulamentador da padronização conceitual da CASP;
- Tornar claro o processo de convergência, principalmente no que se refere aos **prazos** estabelecidos; e
- Deixar que as Portarias de aprovação das edições do MCASP tenham apenas esse objeto.



Portaria STN nº 634/2013

	PCASP	DCASP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP	Procedimentos Contábeis Específicos – PCE	Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO	Consolidação das contas dos entes da Federação
Portaria nº 634/2013 Prazos atuais:	Até o final de 2014 - União, Estados, DF e Municípios	Até o final de 2014 - União, Estados, DF e Municípios	Prazos a serem definidos conforme ato normativo específico da STN	2015 - União, Estados, DF e Municípios (de acordo com a 6ª edição do MCASP)	Aplicabilidade imediata	2014/2015 com adoção integral do PCASP e das DCASP



Plano de Implantação dos PCP

Plano de Implantação dos PCPs

Características e Premissas:

- Alinhamento prévio junto aos *stakeholders*
- Justificar a estratégia de implantação a ser definida em Portaria
- Ser um documento de referência a outros normativos
- Trata-se de uma “boa prática” internacional de implantação de normas (*implementation plan*)
- Contextualização dos critérios para definição dos prazos
- Tratamento diferenciado para municípios com até 50 mil hab.

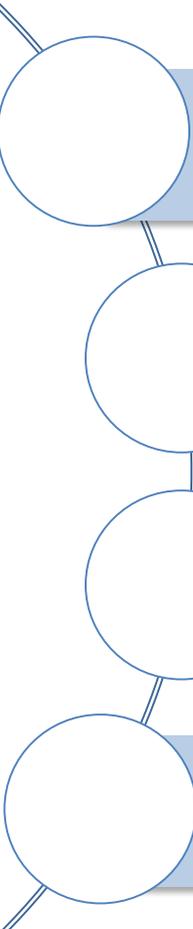
Consulta Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Consulta pública da minuta do **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**, a qual regulamenta o art. 13 da Portaria STN n. 634/2013 e estabelece os prazos obrigatórios para a implantação de todos os procedimentos patrimoniais previstos no MCASP.

Prazo para contribuições:

- Inicialmente, **31/05/2015**
- Autorização de prorrogação pelo Secretário do Tesouro Nacional.
Novo prazo: **30/06/2015**

Link de acesso: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/consultas-publicas>



Contextualização

Resultado da Consulta Pública

Prazos para Implantação dos PCP

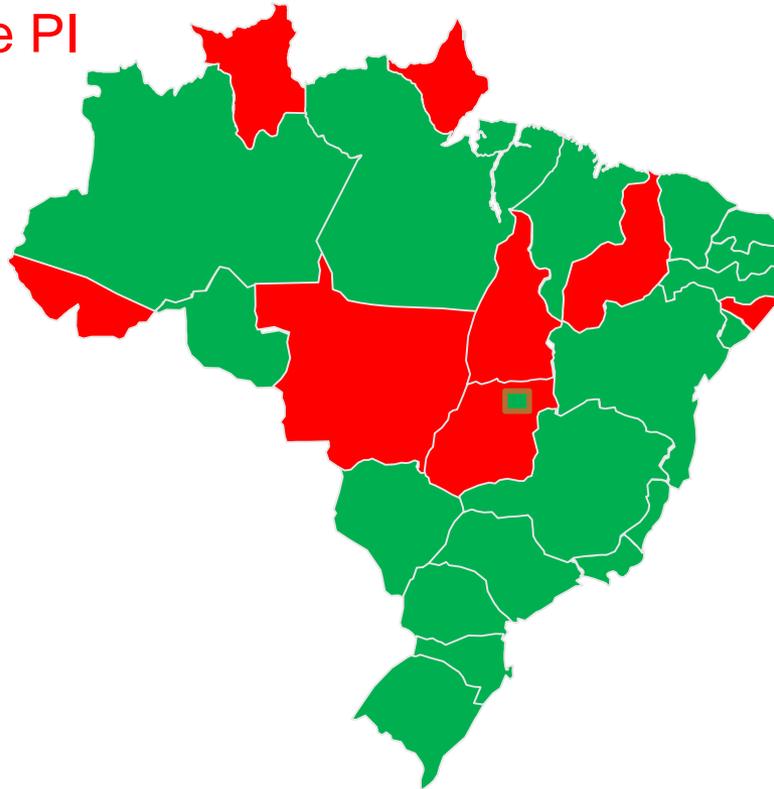
Conclusões e Recomendações

Consulta Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Estados que participaram da consulta (não considera participação via GEFIN ou outra entidade representativa): **18 Estados e o DF (alguns apresentaram vários respondentes)**

Não foi recebida nenhuma contribuição dos seguintes Estados:

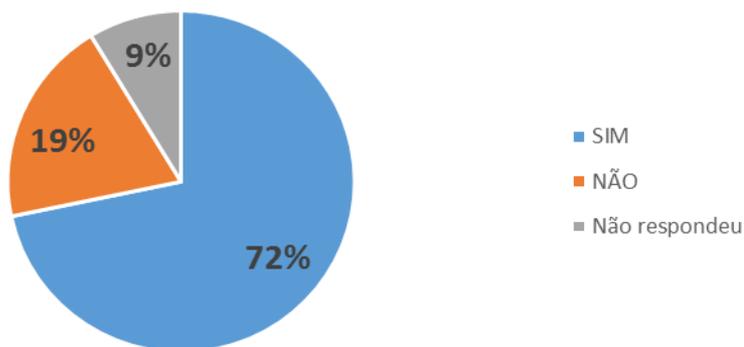
AP, RR, TO, AC, MT, GO, AL e PI



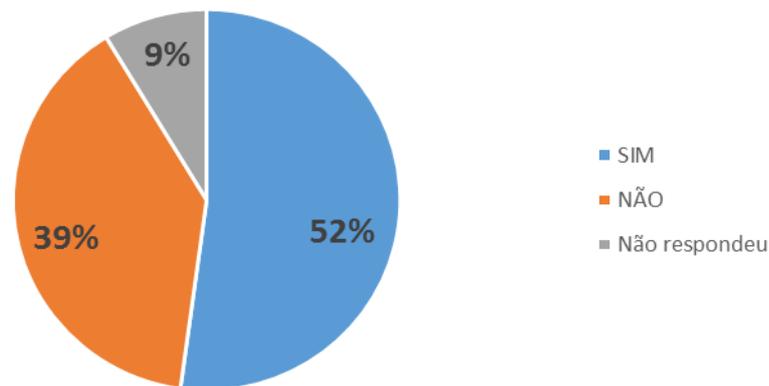
Consulta Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais

- Nº de respostas recebidas: **46 respostas**
- **Perfil dos respondentes:** TCU, GEFIN, ABRASF, Tribunais de Contas, Controladorias, CRCs, Prefeituras, Secretarias de Fazenda, academia, prestadores de serviços contábeis e de consultoria.
- **Ampla discussão no GTCON**

1. Está de acordo com a divisão proposta, para efeitos de prazo, dos procedimentos?

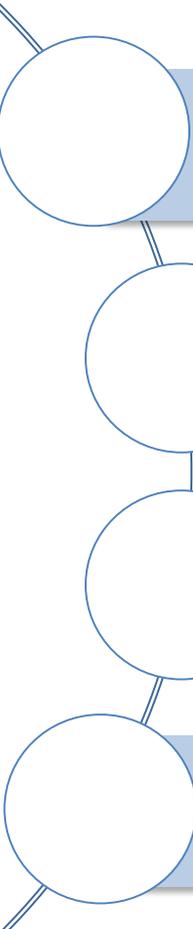


2. Está de acordo com os prazos estabelecidos?



Respostas à Consulta Pública

- Em geral, boa receptividade;
- Maioria das respostas tratou apenas da revisão dos prazos propostos na minuta;
- Inclusão de novos itens ou revisão dos já existentes;
- Propostas de ajustes pontuais no texto (redação, referências etc).



Contextualização

Resultado da Consulta Pública

Prazos para Implantação dos PCP

Conclusões e Recomendações

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (UNIÃO)

2015

2017

2018

2019

2021

ATIVO

Créditos a receber
(exceto tributários, previdenciários e de contribuições)

Dívida Ativa
(-) Ajuste para perdas

Bens móveis e imóveis
(exceto patrimônio cultural e infraestrutura)
(-) Depreciação e exaustão

Ativos e Passivos contingentes

Créditos tributários e de contribuições por competência
(exceto créditos previdenciários)

Créditos previdenciários por competência

Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres

Bens de infraestrutura

Estoques

Bens do patrimônio cultural

PASSIVO

Obrigações por competência
(empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)

Obrigações de benefícios a empregados

previdência (servidores civis e militares)

Obrigações com fornecedores

Provisões por competência

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (**ESTADOS E DF**)

2015

2016

2017

2019

2020

2021

2022

ATIVO

Dívida Ativa
(-) Ajuste para perdas

Créditos a receber
(exceto tributários, previdenciários e contribuições)

Bens móveis e imóveis
(exceto patrimônio cultural e infraestrutura)
(-) Depreciação e exaustão

Ativos e Passivos contingentes

Créditos tributários e de contribuições por competência
(exceto créditos previdenciários)

Créditos previdenciários por competência

Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres (intangíveis)

Estoques

Bens de infraestrutura e do patrimônio cultural
(quando passíveis de registro)

PASSIVO

Provisão atuarial do regime próprio de previdência (servidores civis e militares)

Obrigações com fornecedores

Provisões por competência

Obrigações por competência
(empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (**MUNICÍPIOS >50K hab**)

2015

2016

2018

2020

2021

2022

2023

ATIVO

Dívida Ativa
(-) Ajuste para perdas

Créditos a receber
(exceto tributários, previdenciários e contribuições)

Bens móveis e imóveis
(exceto patrimônio cultural e infraestrutura)
(-) Depreciação e exaustão

Ativos e Passivos contingentes

Créditos tributários e de contribuições por competência
(exceto créditos previdenciários)

Créditos previdenciários por competência

Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres

Estoques

Bens de infraestrutura e do patrimônio cultural
(quando passíveis de registro)

PASSIVO

Provisão atuarial do regime próprio de previdência (servidores civis e militares)

Obrigações com fornecedores

Obrigações de benefícios a empregados

Provisões por competência

Obrigações por competência
(empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)

Obrigações por competência
(empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (MUNICÍPIOS ≤50K hab)

2015

2016

2019

2021

2022

2023

2024

ATIVO

Dívida Ativa
(-) Ajuste para perdas

Créditos a receber
(exceto tributários, previdenciários e contribuições)

Bens móveis e imóveis
(exceto patrimônio cultural e infraestrutura)
(-) Depreciação e exaustão

Ativos e Passivos contingentes

Créditos tributários e de contribuições por competência
(exceto créditos previdenciários)

Créditos previdenciários por competência

Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres

Estoques

Bens de infraestrutura e do patrimônio cultural
(quando passíveis de registro)

PASSIVO

Provisão atuarial do regime próprio de previdência (servidores civis e militares)

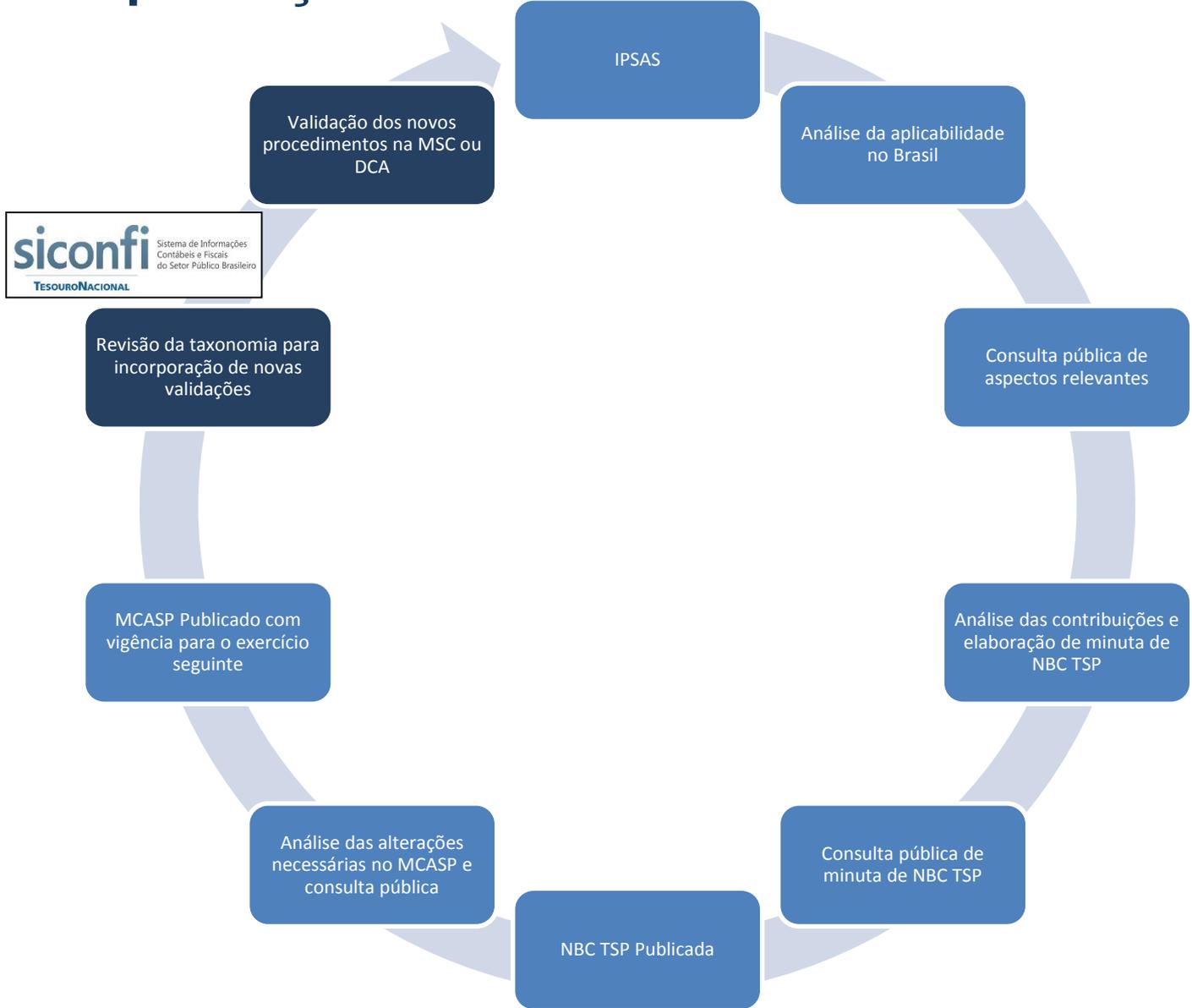
Obrigações com fornecedores

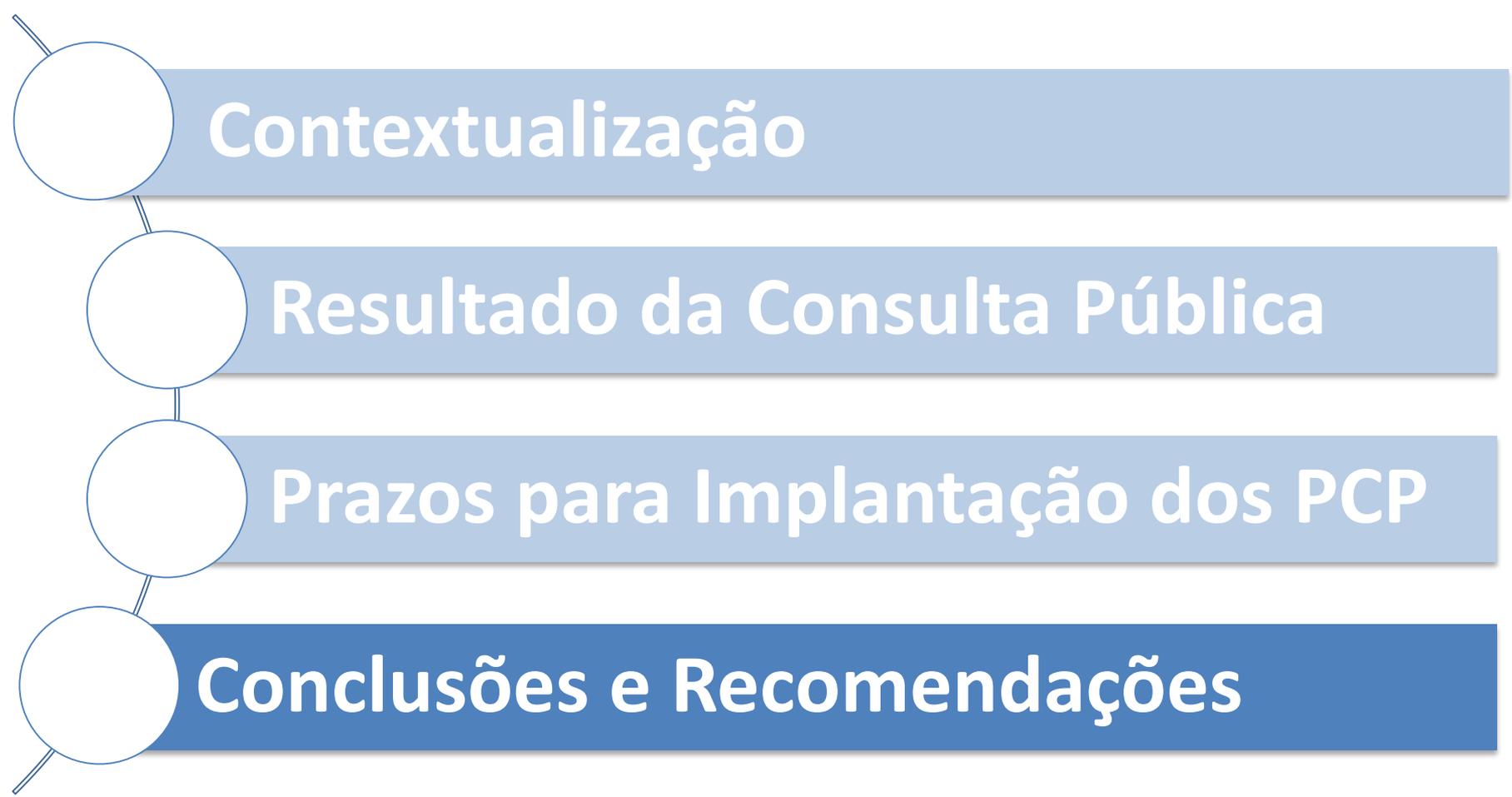
Obrigações de benefícios a empregados

Provisões por competência

Obrigações por competência
(empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)

Ciclo de Implantação





Contextualização

Resultado da Consulta Pública

Prazos para Implantação dos PCP

Conclusões e Recomendações

Pilares do Processo de Convergência

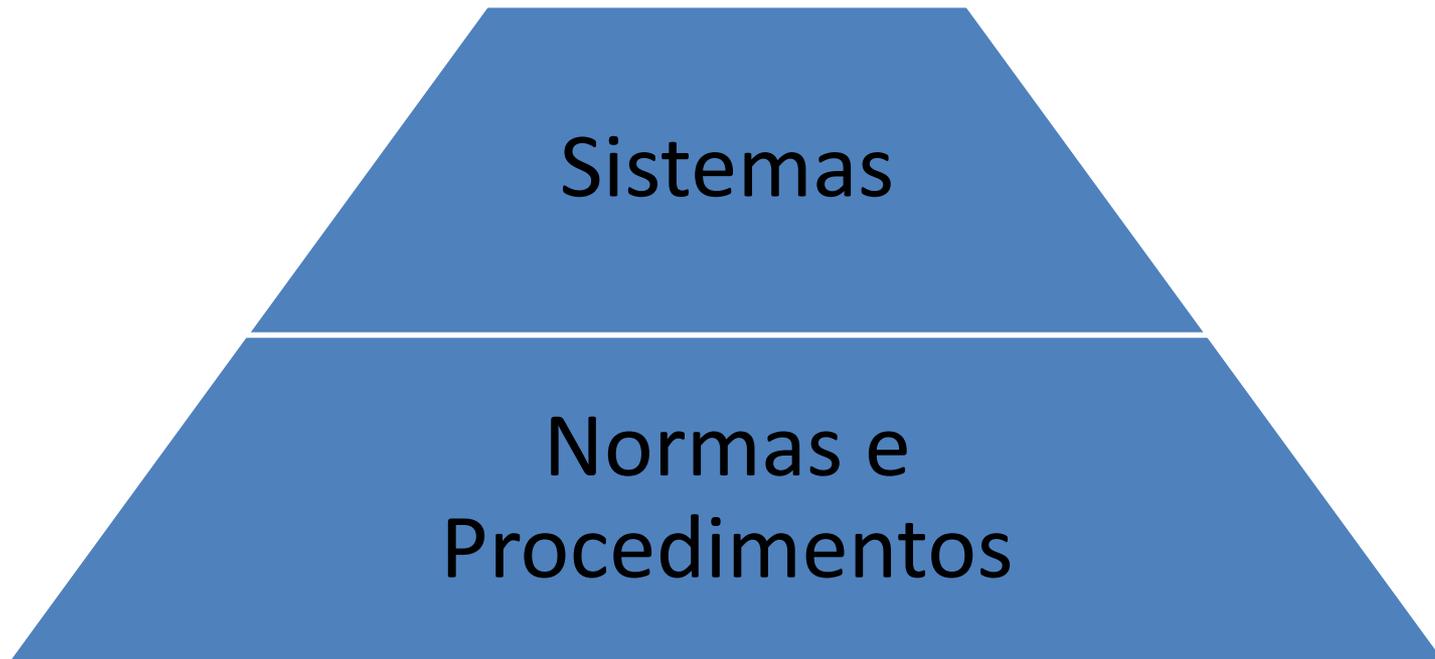


Normas e
Procedimentos

Recomendações

- Recomenda-se que os entes da Federação realizem os seus **próprios planos de ação**
- Os prazos estabelecidos não impedem que cada ente da Federação implante determinado procedimento **antes da data estabelecida.**
- Por outro lado, **recomenda-se a implantação antecipada**

Pilares do Processo de Convergência



Lei de Responsabilidade Fiscal (alterada pela LCP 139/2009)

Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

(...)

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.” (NR)

SIAFIC – Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle

Decreto 7.185/2010

Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, **no âmbito de cada ente da Federação**, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

Portaria MF nº 548/2010

Estabelece os requisitos mínimos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, adicionais aos previstos no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010.

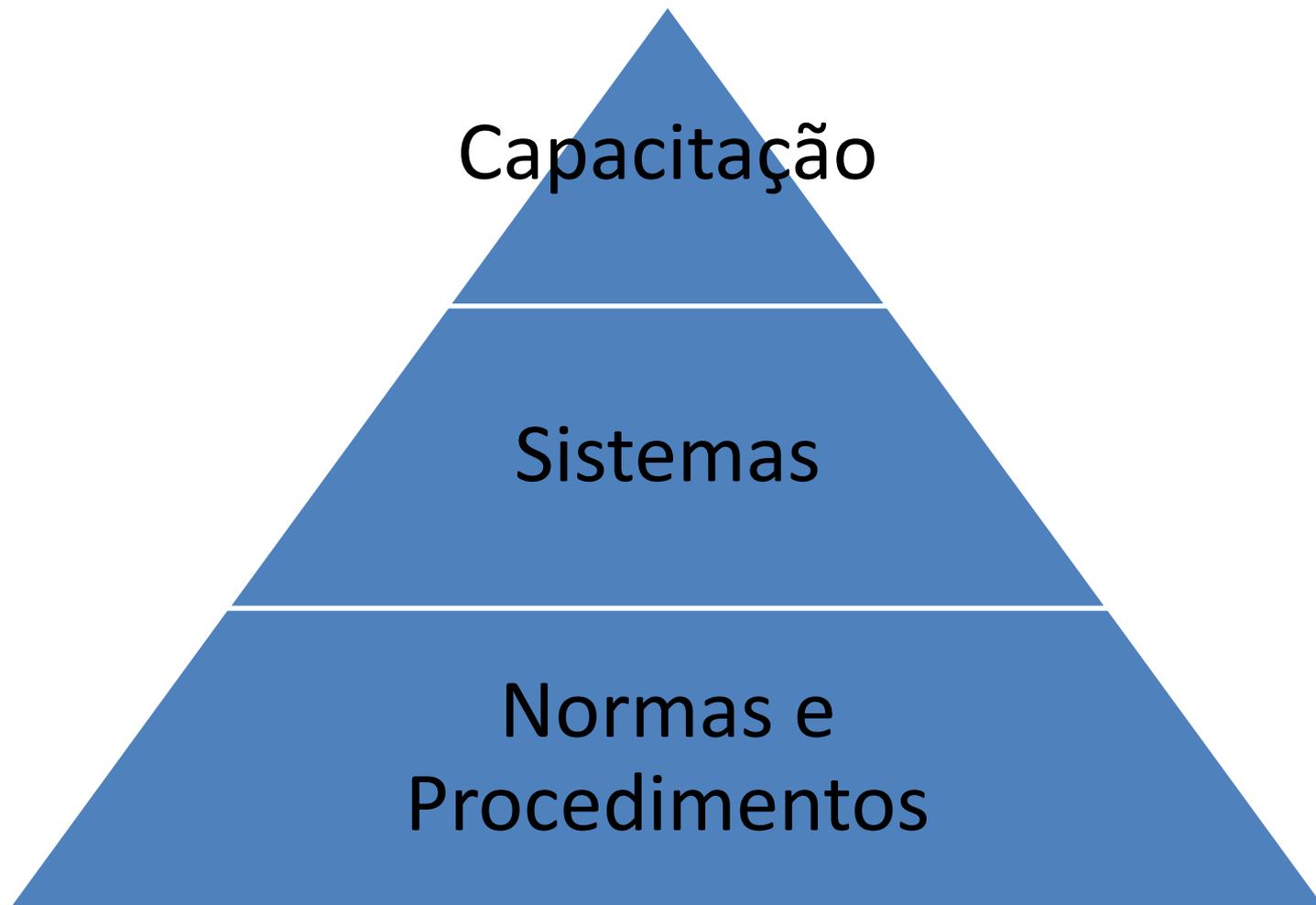
Sistemas



Estratégia em relação a sistemas

- **Avaliar a necessidade de revisão da legislação acerca de requisitos mínimos dos SIAFIC;**
- **Implantação gradual de equações de validação no Siconfi;**
- **Validações impeditivas e qualitativas;**
- ***Ranking* e qualificação das informações;**
- **Fomentar a utilização da Matriz de Saldo Contábeis.**

Pilares do Processo de Convergência



Plano De Trabalho do ACT STN/CFC

SECOFEM

Semana Contábil e Fiscal de Estados e Municípios

Visa reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos em demonstrativos fiscais e contabilidade aplicada ao setor público no âmbito Estadual e Municipal.

2015:

I SEMANA
CONTÁBIL
—SECOFEM 2015
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

15 a 19/06/2015

II SECOFEM
(Maceió/AL)

24 a 28/08/2015

III SECOFEM
(Rio de Janeiro/RJ)

09 a 13/11/2015

IV SECOFEM
(Cuiabá/MT)

2016: 5 eventos previstos

Plano De Trabalho do ACT STN/CFC

Oficinas SECOFEM

Procedimentos
Contábeis
Orçamentários –
PCO

Procedimentos
Contábeis
Patrimoniais– PCP

Plano de Contas
Aplicado ao Setor
Público – PCASP

Demonstrações
Contábeis
Aplicadas ao Setor
Público – DCASP

Procedimentos
Contábeis
Específicos – PCE

Fundamentos de
Responsabilidade
Fiscal

Anexos de Metas
Fiscais e de Riscos
Fiscais

Balanço
Orçamentário e
Receita Corrente
Líquida

Balanço
Orçamentário e
Receita Corrente
Líquida

Plano De Trabalho do ACT STN/CFC

Oficinas SECOFEM

Resultado Primário e
Resultado Nominal

Operações de Crédito e
Dívida Consolidada

Despesa com Pessoal

Disponibilidade de
Caixa e Restos a Pagar, e
Demonstrativos Fiscais
dos Entes Participantes
de Consórcios.

Sistema de Informações
sobre Orçamentos
Públicos em Saúde -
SIOPS

Sistema de Informações
sobre Orçamentos
Públicos em Educação -
SIOPE

Regime Próprio de
Previdência Social -
RPPS

Operações de crédito -
Procedimentos de
instrução dos pedidos
de análise dirigidos ao
Ministério da Fazenda –
MF

Estatísticas de Finanças
Públicas

Congresso e Seminário

II Seminário Brasileiro de
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

TESOURO NACIONAL



V CONGRESSO INTERNACIONAL
DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS
E QUALIDADE DO GASTO
NO SETOR PÚBLICO | 2015

7 a 9/10/2015

Brasília/DF
(ESAF)

Plano De Trabalho do ACT STN/CFC

ATP

Alinhamento Técnico-Pedagógico em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e em Demonstrativos Fiscais

- Habilitação de instrutores;
- Multiplicadores de conhecimento;
- Aumento da capilaridade dos eventos de capacitação.

Plano De Trabalho do ACT STN/CFC

EGP/CASP

Encontro de Gestores Públicos sobre a Nova CASP

- Capacitar e conscientizar os gestores públicos.
- Público-alvo: Governadores, Prefeitos, Controladores, Secretários, Procuradores, Conselheiros de Tribunais de Contas e demais autoridades e gestores envolvidos na temática.



Benefícios

- Alinhamento às boas práticas internacionais;
- Estatísticas Fiscais;
- Planejamento Fiscal;
- Avaliação integral do patrimônio;
- Transparência;
- Melhoria da qualidade do gasto público.

Joaquim Vieira Ferreira Levy
Ministro de Estado da Fazenda

Tarcísio José Massote de Godoy
Secretário Executivo

Marcelo Barbosa Saintive
Secretário do Tesouro Nacional

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Subsecretária de Contabilidade Pública

Leonardo Silveira do Nascimento
Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à
Federação



www.stn.fazenda.gov.br

cconf.df.stn@fazenda.gov.br

Twitter: @_tesouro

Acesse o Fórum da Contabilidade:

www.tesouro.gov.br/forum

Acesse o Siconfi:

www.siconfi.tesouro.gov.br

Eventos:

casp.cfc.org.br

Obrigado!



TESOURO NACIONAL